BOLETIM TÉCNICO IFT #15

Intercâmbio de experiências e aprendizados sobre manejo madeireiro comunitário em áreas protegidas da Amazônia: resultados e importância para o empoderamento comunitário

Ana Luiza Violato Espada[1] ; Ana Carolina C. Vieira[2] ; Karen Kainer[3] , Marcelo Galdino Almeida[4]

1. Apresentação

Enquanto buscamos compreender se o paradigma do uso sustentável pode atender tanto à conservação da biodiversidade quanto ao bem-estar humano, a literatura sobre gestão colaborativa (ou cogestão) entre comunidades e governo tem amadurecido. Em sistemas de gestão colaborativa, diversas partes interessadas como o governo (local, regional e nacional), populações tradicionais, organizações não-governamentais, institutos educacionais e de pesquisa compartilham, conjuntamente, responsabilidades e direitos de tomada de decisões sobre o uso de recursos naturais e meios de subsistência locais em áreas protegidas de uso sustentável (MMA, 2011; NOBRE et al., 2017).

Os principais desafios relacionados à tomada de decisão incluem: **i]** como priorizar e incluir uma diversidade de sistemas de conhecimento, por exemplo, local, técnico e científico, **ii]** interesses como, por exemplo, socioeconômicos e ambientais e **iii]** necessidades, por exemplo, geração de renda e infraestrutura. Além disso, existem informações empíricas limitadas sobre a integração dos sistemas de conhecimento (local, técnico e científico), empoderamento da comunidade e papel estratégico das mulheres no manejo sustentável da madeira, além de poucos exemplos práticos de como contribuir para o empoderamento comunitário e da mulher no manejo madeireiro.

Comunidades tradicionais e rurais desempenham um papel importante tanto no fornecimento de madeira tropical quanto na conservação da floresta. Na América Latina, as comunidades manejam legalmente 216 milhões de hectares de floresta (um terço da área florestal da região) (RRI, 2015). Sendo que Brasil foi apontado, em 2010, como um dos países com a maior área florestal de propriedade pública sob gestão comunitária, com 152 milhões de hectares (GILMOUR, 2016). No manejo florestal de uso múltiplo, a extração de madeira em terras comunitárias é um componente importante da produção florestal, economias locais e agendas de conservação.

No Brasil, a estratégia governamental de concessões florestais públicas tem potencial para fornecer madeira tropical para os mercados regional e internacional, mas tem sido minimamente implantada até o momento e não está atingindo seu objetivo. Dos 5,3 milhões de hectares disponíveis para produção de madeira em florestas públicas, apenas 1 milhão de hectares estava sob exploração efetiva em 2019 (SFB, 2019); foram necessários mais de dez anos após a aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei Federal 11.284 de 2006) para atingir essa cobertura.

Além disso, um estudo recente mostra que o "índice de eficácia" das concessões florestais ainda é muito baixo no Brasil (menos de 20, índice de eficácia ideal é de 100) (CASTANHEIRA NETO, 2018). Para chegar a esse índice, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) primeiro aplica um processo rigoroso e transparente de exclusão de áreas ecologicamente e socialmente sensíveis para a consideração da exploração madeireira. Em seguida, os resultados desse processo são publicados anualmente no Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), pelo SFB. No PAOF, são anunciadas as concessões florestais abertas para licitação por, por exemplo, cooperativas ou empre-

[1] Doutora em Recursos Florestais e Conservação pela Universidade da Flórida, com certificado em Conservação e Desenvolvimento nos Trópicos (TCD) e pesquisadora associada ao IFT.
[2] Engenheira Florestal. Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia (UFPA). Consultora do IFT.
[3] Professora na Escola de Recursos Florestais e Conservação e no Centro de Estudos Latino-americanos da Universidade da Flórida (UF) e integrante do núcleo docente do Programa de Conservação e Desenvolvimento nos Trópicos (TCD).
[4] Engenheiro Florestal. Coordenador de programas Florestas Comunitárias do IFT.

Belém - Pará
2021

sas madeireiras privadas. Até o momento, os contratos efetivos foram implementados em poucas áreas designadas para a concessão florestal onerosa com fins madeireiros.

A indústria madeireira, portanto, passa a identificar áreas de comunidades tradicionais como potenciais fornecedores de madeira. As razões se devem a alguns motivos, dentre eles de que, recentemente, as comunidades tradicionais receberam mais direitos de manejo para participar dos mercados formais de madeira (a extração de madeira é legalmente permitida). E, de fato, uma norma regulatória relativamente recente, a Instrução Normativa nº 16/2011 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), facilitou que moradores de floresta em Reservas Extrativistas (RESEX), Florestas Nacionais (FLONAS) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) manejassem madeira para fins comerciais, desde que cumpram aspectos legais e de boas práticas de manejo florestal, além de autonomia de execução de gestão dos empreendimentos florestais comunitários.

Sob esta rubrica, governo, comunidades tradicionais, empresas madeireiras, ONGs e outras organizações estão adotando estratégias de governança (por exemplo, tomada de decisão participativa e parcerias comunidade-empresa) para promover o manejo florestal sustentável nas RESEXs FLONAs e RDSs da Amazônia brasileira. Essa abordagem também levanta desafios nos processos de tomada de decisão, como a integração do conhecimento local com a expertise técnica e científica e a priorização das necessidades locais (infraestrutura e renda) em iniciativas de conservação. O conhecimento local é o corpo cumulativo de conhecimento e crenças associadas que as pessoas em uma determinada comunidade transmitiram e desenvolveram - e continuam a desenvolver - ao longo do tempo (MULDER; COPPOLILLO, 2005). Ele complementa o conhecimento científico e, quando considerado pelos cogestores (e.g., governo e comunidades), pode resultar em decisões mais aprimoradas e horizontais, promovendo parcerias de longo prazo, cooperação mútua e ação coletiva para conservar as florestas em pé por meio do manejo florestal sustentável. Também pode contribuir substancialmente para os meios de subsistência locais e para as economias regionais.

A complexidade dos sistemas de manejo madeireiro comunitário na Amazônia e, em todo Hemisfério Sul, de maneira mais geral, levaram à seguinte questão central de pesquisa de doutorado: Quais variações nos arranjos sociais e operacionais do manejo madeireiro comunitário surgiram em áreas protegidas e por quê?

De outro lado, o Instituto Floresta Tropical, por meio do projeto Florestas Comunitárias apoiado pelo Fundo Amazônia, atua com o processo de empoderamento social para o Manejo Florestal Comunitário em três Unidades de Conservação na Amazônia, RESEX Arióca Pruanã, RESEX Mapuá e RESEX Terra Grande Pracuúba. Os três territórios iniciaram seu processo de licenciamento e gestão do Manejo Florestal Comunitário por meio do projeto, ou seja, estavam em fase inicial de implantação da atividade florestal comunitária. Com a diversidade de experiências em Manejo Florestal Comunitário - diferentes arranjos produtivos, comerciais, tempo de atuação, modelos de gestão - hoje na Amazônia brasileira fez-se extremamente relevante para o empoderamento e fortalecimento das tomadas de decisões estratégicas voltadas ao Manejo Florestal Comunitário e governança socioambiental das três Unidades de Conservação apoiadas pelo Projeto Florestas Comunitárias, conhecer de maneira intima e estratégica essas diferentes experiências em curso na Amazônia.

A partir do cruzamento dos interesses do projeto Florestas Comunitárias e da Pesquisa de Doutorado de uma das autoras, Ana Luiza Violato (ESPADA, 2021) , organizou-se o **intercâmbio comunitário entre moradores de seis reservas extrativistas da Amazônia brasileira**.

O intercâmbio comunitário teve como **objetivo**:

- compartilhar e refletir sobre as experiências de manejo comunitário da madeira em áreas protegidas de uso sustentável;
- discutir os processos de tomada de decisão e arranjos socioprodutivos para o manejo madeireiro comunitário;

- criar espaços de diálogo e ação que possam resultar em processos de empoderamento individual e coletivo;
- criar espaços para ações estratégicas que possam fortalecer a governança local e a produção sustentável de madeira tropical;
- aplicar metodologias participativas para que possam ser documentadas e adaptadas a outros contextos de pesquisa-ação participativa.
- ser uma fonte de dados para a pesquisa de doutorado e outros documentos técnico-científicos voltados ao manejo dos recursos florestais e gestão de empreendimentos florestais comunitários.

Comunidades de reservas extrativistas que estão manejando suas florestas para fins madeireiros tiveram a oportunidade de compartilhar experiências, tecnologias e lições aprendidas. Os participantes do intercâmbio comunitário foram incentivados a examinar o conceito de "empoderamento" e "desempoderamento" e a refletir sobre suas próprias jornadas e as de suas comunidades sobre esses temas. Apresentar os resultados do intercâmbio comunitário pode nos ajudar a compreender como e por que as variações no manejo comunitário da madeira surgiram nessas áreas protegidas de uso sustentável, além de informar o número crescente de tais iniciativas onde as comunidades locais são uma peça central em sua implementação, monitoramento e sucesso.

2. Metodologia

O intercâmbio comunitário ocorreu na Resex Verde para Sempre, localizada no município de Porto de Moz - PA, durante três dias, de 18 a 20 de setembro de 2019 (Fig. 1). A atividade contou com 32 participantes, sendo 27 comunitários, a facilitadora e gestora metodológica (Ana Luiza Violato Espada) e cinco representantes do IFT: um jornalista ambiental, dois técnicos florestais e duas engenheiras florestais residentes do Programa de Residência Florestal do IFT[5]. Entre os membros da comunidade, dez eram mulheres que trabalham em projetos de manejo madeireiro em suas comunidades.

Como uma maneira de aproximar os territórios comunitários e, mais do que isso, construir uma conexão entre eles, desenvolvemos uma identidade visual (Fig. 1) para esse momento único da agenda do manejo madeireiro comunitário na Amazônia. A identidade visual do intercâmbio também fez parte da estratégia metodológica do evento.

É importante mencionar que o logotipo sugere como o manejo comunitário de madeira evoluiu nas reservas extrativistas da Amazônia brasileira. A história começa no estado do Acre (ícone à esquerda com as pessoas), onde o primeiro projeto madeireiro foi aprovado pela Instrução Normativa nº 16/2011 na RESEX Chico Mendes. Em 2014, a RESEX Ituxi se tornou a próxima reserva extrativista a aprovar seu projeto de manejo madeireiro (ícone do meio com árvores). Finalmente, chega no estado do Pará (ícone à direita com madeira) com a RESEX Verde para Sempre que aprovou cinco projetos em 2015 e as RESEXs Mapuá e Arórica Pruanã que aprovaram seus PMFSs em 2019 e 2020, respectivamente. Os ícones que vão da esquerda para a direita também sugerem conexões (linha tracejada) entre as reservas extrativistas, destacando o diálogo e a troca de conhecimentos entre as comunidades e seus parceiros.

[5] Para conhecer o Programa de Residência em Manejo Florestal Comunitário desenvolvido pelo IFT, veja o nosso Boletim Técnico nº 13.

Fig. 1 - Logotipo do intercâmbio comunitário para a troca de experiências e aprendizados sobre manejo madeireiro comunitário em áreas protegidas da Amazônia.

Os manejadores e as manejadoras que participaram do intercâmbio comunitário representaram as seguintes Reservas Extrativistas: Verde para Sempre, Arióca-Pruanã, Mapuá e Terra Grande Pracuúba, do Pará; Ituxi, do Amazonas e Chico Mendes, do Acre (Fig. 2).

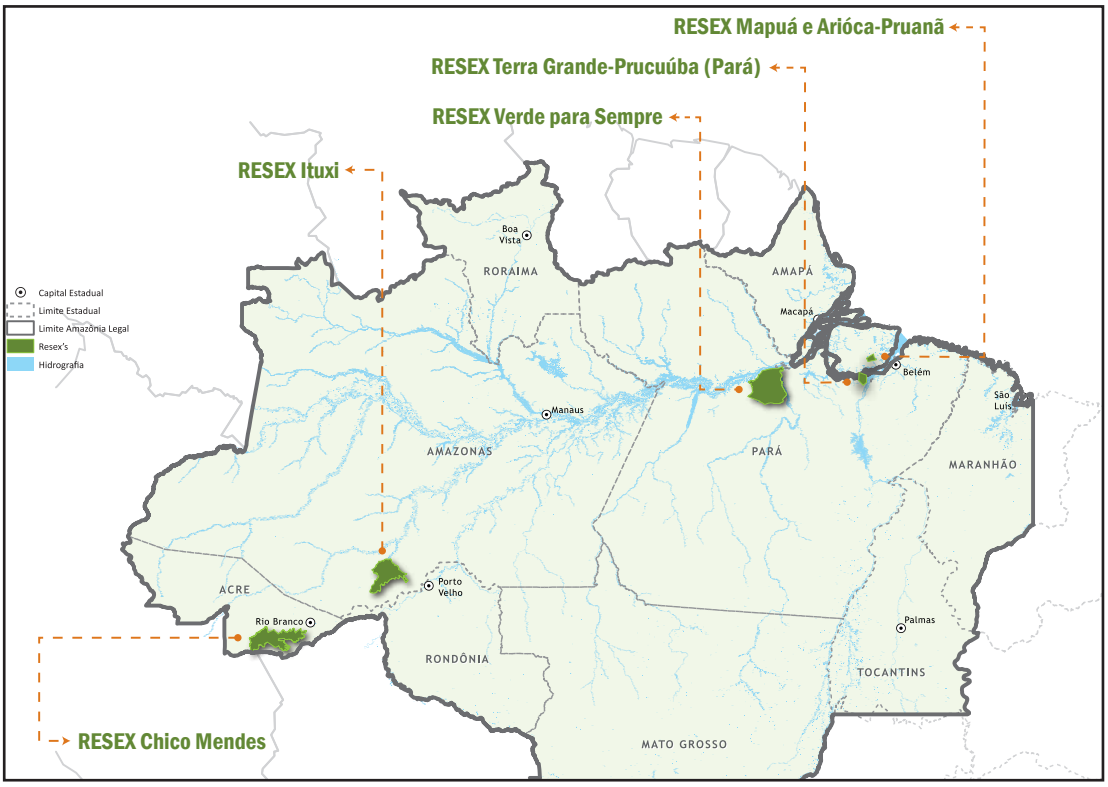


Fig. 2 - Localização das reservas extrativistas representadas no intercâmbio comunitário.

Em resumo, o primeiro dia do intercâmbio comunitário consistiu em uma visita a uma área de exploração madeireira para observar as atividades e discutir as diferenças nas operações madeireiras entre as reservas extrativistas.

O segundo dia envolveu narrativas sobre como o manejo se desenvolveu em cada RESEX, o envolvimento da comunidade e das organizações parcerias, a participação dos moradores nas operações florestais, além das reflexões sobre o empoderamento da comunidade e da mulher nesse processo. As narrativas e o debate entre participantes incluíram perguntas norteadoras, como as regras locais e acordos de repartição de benefícios; outros tópicos que surgiram incluíram a identificação das organizações sociais que emergiram a partir dos arranjos socioprodutivos do manejo madeireiro, bem como as espécies madeireiras manejadas e as aspirações da comunidade em relação aos investimentos em educação, saúde e soberania alimentar.

O terceiro dia consistiu em um debate sobre saúde e segurança nas operações madeireiras; tecnologias de baixo custo para transporte de madeira e o engajamento de mulheres e jovens nos processos de tomada de decisão e manejo da madeira. A agenda do intercâmbio comunitário simplificada é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1. Agenda do intercâmbio comunitário para troca de experiências e aprendizados sobre manejo madeireiro comunitário em áreas protegidas da Amazônia.

Dia 1 (18/9/2019)	Dia 2 (19/9/2019)	Dia 3 (20/9/2019)
Abertura do Intercâmbio	Deslocamento para a comunidade Paraíso	Visita ao alojamento/área de manejo comunidade Paraíso
Visita à área de manejo da comunidade Por Ti Meu Deus	Narrativa sobre a experiência de manejo madeireiro comunitário	Metodologia "desenho de conceito de comunidade"
Atividades participativas para reflexão	Atividades participativas para reflexão	Atividades participativas para reflexão
Fechamento do dia	Fechamento do dia	Fechamento do Intecâmbio

Métodos Participativos

Em contextos socioeconômicos e ambientais distintos, como aqueles vividos pelas populações tradicionais amazônicas, é preciso adotar metodologias adequadas para compartilhar e refletir sobre as experiências de manejo comunitário, bem como criar espaços de diálogo e ação que possam resultar em processos de empoderamento individual e coletivo.

Além disso, pode ser papel do(a) facilitador(a) criar espaços de reflexão e debate, de forma a: **1)** trazer resultados e benefícios de curto prazo para os participantes; **2)** estimular o pensamento crítico; **3)** fomentar debates que possam resultar em ações de transformação positiva duradouras.

Nesse sentido, a abordagem metodológica do intercâmbio comunitário foi a de:

- potencializar a identidade cultural dos comunitários;
- criar espaços democráticos e solidários para o debate;
- ativar experiências anteriores para a troca de experiências;
- desmistificar a consciência mágica;
- potencializar a consciência crítica; e
- criar espaços que permitissem o empoderamento individual e coletivo.

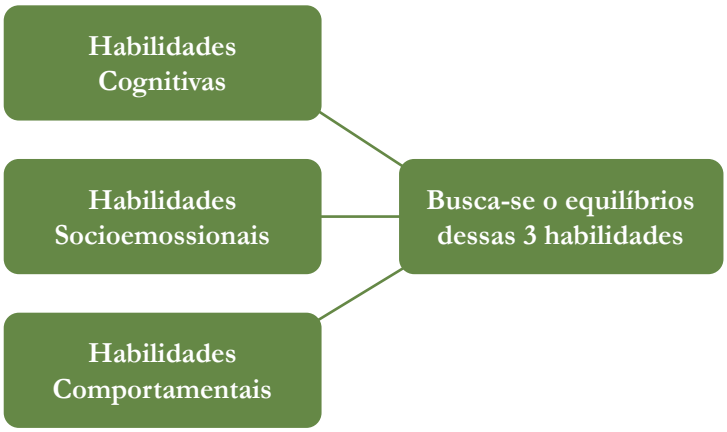
Segundo Paulo Freire, existem três estágios de consciência apresentados a seguir (extraído de SILVA et al., 2009):

- **Consciência mágica** é o primeiro estágio de consciência do ser humano, e se caracteriza por ser uma ideia mítica dos acontecimentos em que o indivíduo não busca explicações e quando busca é fora da realidade. Geralmente este tipo de consciência está muito relacionada a ideias do senso comum. Esse indíviduo não participa do processo histórico, ele está à margem de seu tempo.

- **Consciência transitivo-ingênua** é o segundo estágio de consciência do ser humano, e se caracteriza por uma visão mais ampla de homem, pois este já consegue perceber que a sua realidade não é mítica e sim fruto de acontecimentos contínuos. Contudo, é uma visão ainda estreita da realidade, pois esse indivíduo vê a realidade, mas não consegue transformá-la. Não analisa e busca soluções.
- **Consciência crítica** é o terceiro estágio de consciência do ser humano, e se caracteriza por uma visão mais ampla e mais dinâmica do homem. O homem analisa os acontecimentos ao seu redor e busca soluções, ele transforma a sua realidade. Esse ser é situado e temporalizado historicamente, ou seja, ele participa ativamente de sua história.

No intuito de potencializar a **consciência crítica**, foram aplicadas metodologias participativas baseadas em conceitos da Educação para a Cidadania Global (ECG), da UNESCO (UNESCO, 2016).

Esta metodologia trabalha:



Assim, foram incorporados elementos do cotidiano, buscando criar analogias com o conteúdo abordado nas atividades do intercâmbio comunitário, tornando a reflexão e o debate mais significativos no contexto do manejo da madeira em florestas comunitárias. Também foram realizadas atividades inspiradas nos padrões naturais, analogias com árvores e rios da Amazônia (Fotos abaixo), uma vez que os moradores das RESEXs possuem uma relação sociocultural intensa com o território e seus recursos naturais.

Crédito: Arquivo IFT.

Figura 3. Atividade realizada durante aplicação de métodos participativos e abordagens metodológicas a partir de conceitos da Educação para a Cidadania Global (ECG), da UNESCO

Crédito: Arquivo IFT.

Figura 4. Atividades realizadas durante aplicação de métodos participativos e abordagensmetodológicas a partir de conceitos da Educação para a Cidadania Global (ECG), da UNESCO.

3. Resultados

Nesta seção apresentamos resultados compilados dos diversos momentos de reflexão, debate e troca de experiência proporcionados pelo intercâmbio comunitário. É importante ressaltar também que as informações apresentadas a seguir são baseadas nas experiências compartilhadas no intercâmbio, conforme as narrativas dos participantes do evento, e que uma análise mais criteriosa será apresentada futuramente por meio de artigos científicos.

Madeira: um dos componentes da economia extrativista local, a madeira é um recurso florestal importante para as comunidades das seis reservas extrativistas, mas varia em sua relevância conforme mostrado na Tabela 2.

A madeira tem baixa relevância nas atividades econômicas da RESEX Ituxi. Segundo representantes dessa reserva, a castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) é uma das principais atividades econômicas, mas que os moradores ainda dependem de atravessadores para comercializar o produto na região. Já para o caso da madeira, os(as) manejadores(as) tem mais autonomia para a venda, sendo que a RESEX Ituxi é o único caso entre as seis RESEXs participantes do intercâmbio que possui todos equipamentos necessários para as operações florestais e transporte da madeira (trator com carreta, balsa para o escoamento fluvial da produção florestal, motosserras, EPIs, entre outros). Isso se deve, em grande parte ao apoio do ECOFORTE, iniciativa da Fundação Banco do Brasil em parceria com o Fundo Amazônia/BNDES. Além disso a RESEX Ituxi é a única que possui autorização para o desdobramento da madeira na floresta, agregando valor a sua produção.

Identificamos quatro das seis RESEXs presentes no intercâmbio que possuem a madeira como atividades econômicas de média relevância econômica. São elas: Chico Mendes, Mapuá, Terra Grande-Pracuúba e Arióca-Pruanã.

Tabela 2. Relevância dos recursos naturais encontrados em cada Resex.

Reserva Extrativista	Relevância da atividade econômica		
	ALTA	MÉDIA	BAIXA
Ituxi, Amazonas	Castanha-do-Brasil Farinha de mandioca	Pirarucu Copaíba	Madeira Açaí
Chico Mendes, Acre	Castanha-do-Brasil	Madeira Gado*	Açaí Farinha de mandioca
Mapuá, Pará	Açaí	Madeira	Farinha de mandioca
Arióca Pruanã, Pará	Açaí Farinha de mandioca	Madeira	Castanha-do-Brasil
Terra Grande Pracuúba, Pará	Açaí Farinha de mandioca	Madeira	Pescado
Verde para Sempre, Pará	Madeira Farinha de mandioca	Açaí Castanha-do-Brasil	Pescado

*É uma atividade autorizada segundo regulamentos locais acordados ente governo, moradores e organizações parceiras.

Na Resex Chico Mendes, por exemplo, a madeira não é o produto mais expressivo e os custos de construção de infraestrutura e arraste de toras são altos devido, entre outros fatores, à distribuição das unidades de produção anual que são descontínuas e alocadas em várias colocações. Os representantes da RESEX Chico Mendes expressaram preocupação em relação à invasão do território pelos pecuaristas e que há uma constante pressão sobre o uso dos recursos naturais. O fato de não haver monitoramento suficiente os preocupa, pois está cada vez mais iminente a invasão do gado naquela região.

Nas RESEXs da região do Marajó (Mapuá, Terra Grande-Pracuúba e Arióca-Pruanã), o açaí (*Euterpe oleracea*) é o principal produto da economia regional, mas a extração de madeira ilegal está presente nos territórios e um dos motivos de aprovar os planos de manejo florestal sustentável nessas reservas é de trazer para a formalidade essa atividade econômica complementar.

Diferente dos outros territórios, na RESEX Verde para Sempre a madeira é uma das principais atividades econômicas. Representantes dessa reserva falaram que gado/búfalo também é uma atividade relevante na RESEX, mas que não foi incluído no quadro de atividades econômicas porque o gado é criado em área de várzea, a qual as comunidades presentes não ocupam essa porção territorial da reserva extrativista, mas que há uma preocupação sobre o aumento do rebanho de bubalinos dentro da RESEX Verde para Sempre. Explicam também que não são contra a criação do búfalo, pois sabem da importância que essa atividade tem para muitas famílias. Ressaltam a importância do monitoramento mais incisivo sobre essa prática. Também comentam que as atividades de pesca e agricultura familiar também são importantes. Mesmo com os planos de manejo florestal ainda existe a exploração ilegal de madeira no território e que os esforços demandados para a legalização das áreas de manejo florestal comunitário são vistos como ação estratégica para frear a extração madeireira ilegal .

Por fim, apresentam preocupação sobre o "esquecimento" dos produtos florestais não madeireiros, que deveriam ser mais valorizados dentro da RESEX, e que as entidades precisam se juntar ao Grupo de Gestão Florestal (GGF) para promover a ampla discussão desses temas.

O Grupo de Gestão Florestal (GGF) é um grupo interinstitucional formado por representantes de seis empreendimentos florestais comunitários da Resex Verde para Sempre. São eles: Associação de Desenvolvimento Agroextrativista do Baixo Acari (ADABA), Associação Comunitária Agroextrativista do Rio Curuminim, Associação Comunitária São Benedito do Ynumbi, Cooperativa Mista Agroextrativista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimum (COOMNSPRA), Associação Comunitária Deus Proverá e Associação de Desenvolvimento Sustentável dos Produtores Agroextrativistas da comunidade Itapéua. Fazem parte do GGF também as organizações de base como o Comitê de Desenvolvimento Sustentável (CDS) de Porto de Moz, organizações não-governamentais como IFT e IEB e organizações e agências governamentais, como ICMBio e Embrapa. O GGF foi criado a partir da rede e experiências do GARF – Grupo de Ação e Reflexão Florestal e tem como objetivo promover a gestão do manejo florestal comunitário na RESEX a partir de valores fundamentais para as comunidades e demais organizações envolvidas, como transparência nos processos de tomada de decisão, participação das comunidades, benefícios coletivos e sustentabilidade do manejo florestal.

Os arranjos operacionais nas seis reservas extrativistas

Os representantes das reservas extrativistas construíram uma matriz comparativa para facilitar posterior reflexão e debate sobre os arranjos operacionais do manejo madeireiro e número e grau de envolvimento dos moradores das comunidades nas operações e na gestão do manejo florestal em suas comunidades. A Fig. 5-A mostra as variáveis utilizadas para a comparação. A Fig. 5-B, o processo de construção da matriz comparativa e, a Fig. 5-C, a matriz finalizada.

Figura 5a

Figura 5b

Figura 5c

Empoderamento comunitário

A partir da matriz comparativa e de outros momentos do intercâmbio em que foram narradas as experiências de manejo madeireiro nas reservas extrativistas, pedimos para os manejadores e manejadoras refletirem em grupos menores os significados de "empoderamendo" e "desempoderamento" comunitário para eles. Na Tabela 3 apresentamos uma síntese do que foi discutido, a partir de uma perspectiva do coletivo (grupos de trabalho). Também exploramos quais elementos e condições necessários para uma comunidade ser considerada empoderada e desempoderada no contexto do manejo madeireiro comunitário (Tabela 4).

É importante ressaltar que, segundo as organizações comunitárias, para se ter um ambiente de empoderamento nas organizações coletivas é muito importante cultivar valores como união, otimismo, respeito, transparência, liderança e diálogo.

Tabela 3. Significado a partir da perspectiva coletiva dos conceitos de empoderamento e desempoderamento comunitário.

Grupo de Trabalho	Empoderamento	Desempoderamento
1	Descentralização de poder de decisão	Centralização do poder de decisão
2	Conhecimento	Ser enganado
3	Controle de produção	Desorganizado
4	Poder de decisão	Sem poder de decisão

Tabela 4. Elementos e condições para o empoderamento e desempoderamento da comunidade no contexto do manejo madeireiro.

Empoderamento	Desempoderamento
Troca de conhecimento	Conhecimento frágil
Educação técnica e acadêmica	Gestão organizacional frágil
Fortalecimento espiritual	Desigualdade de gênero
Equidade - jovens e mulher	Estrutura de gestão não participativa
Governança local democrática	Conflitos nos ambientes de gestão
Organização social e produtiva	Transparêncial intitucional frágil
Protocolos comunitários	Centralização do poder e decisões
Autonomia econômica	Ausência de união produtiva/pertencimento
Acesso a mercados justos	Subordinação produtiva/de mercado
Parcerias técnicas duradouras	Ausência de autonomia financeira

Figura 6. Participantes do Intercâmbio Comunitário em momento de troca de experiências e aprendizados sobre Manejo Madeireiro Comunitário em áreas Protegidas da Amazônia.

Tabela 5. Matriz comparativa dos arranjos operacionais do manejo madeireiro e número de comunitários envolvidos.

Reservas Extrativistas		Ano de aprovação do PMF	Ano que as operações florestais começaram	Área total de manejo madeireiro (ha)	Intensidade de corte (m3/ha)	Ciclo de corte (ano)	Volume médio estimado de produção anual (m3)	Número de manejadores	Tipo de equipamento p/ transporte primário	Tipos de transporte do produto final	Produto final comercializado
Chico Mendes		2011	2014	24.589,48	15	25	14.754	Total: 97 Homens: 88 Mulheres: 9	Skidder	Balsa	Madeira em tora e serrada
Ituxi		2014	2015	1.403,53	10	10	1.403	Total: 19 Homens: 13 Mulheres: 6	Trator de médio porte c/ carreta e motocicleta c/ carreta	Balsa	Madeira serrada
Verde para Sempre	Arimum	2005	2007	4.266,40	30	30	4.255	Total: 46 Homens: 40 Mulheres: 6	Skidder	Balsa	Madeira em tora
	Ynumbi	2016	2017	5.813,63	21,5	25	5.000	Total: 13 Homens: 10 Mulheres: 3	Skidder	Balsa	Madeira em tora
	Paraíso	2016	2017	6.921,12	21,5	25	5.952	Total: 32 Homens: 24 Mulheres: 8	Skidder	Balsa	Madeira em tora
	Por Ti Meu Deus	2016	2017	2.420,78	21,5	25	2.082	Total: 21 Homens: 12 Mulheres: 9	Skidder e Catraca (caminhão)	Balsa	Madeira em tora
	Itapéua	2016	2017	21.259,25	21,5	25	18.283	Total: 44 Homens: 37 Mulheres: 7	Skidder	Balsa	Madeira em tora
	Espírito Santo	2016	2017	4.180,82	21,5	25	3.601	Total: 16 Homens: 10 Mulheres: 6	Skidder e Catraca (caminhão)	Balsa	Madeira em tora e serrada
Mapuá		2019	2020	6.295,15	10	10	6.000	Total: 54 Homens: 48 Mulheres: 6	Trator de pequeno porte c/ carreta e tartaruga (equip. local)	Balsa	Madeira em tora
Arióca Pruanã		2020	2021	19.195,76	21,5	25	15.000	Total: 95	Skidder	Balsa	Madeira em tora
Terra Grande Prucuúba		Comunidades decidiram não fazer manejo madeireiro		*	*	*	*	Total: 37	*	*	*

4. O que aprendemos a partir do intercâmbio

Enquanto um coletivo formado por manejadores e manejadoras de reservas extrativistas, somados ao corpo técnico do IFT e pesquisadora de doutorado pela Universidade da Flórida, aprendemos que:

I. Os arranjos socioprodutivos do manejo madeireiro de base comunitária variam entre as reservas extrativistas, embora todos os casos tenham semelhanças. Por exemplo: (1) os planos de manejo florestal sustentável foram aprovados sob a mesma Instrução Normativa, a IN ICMBio nº 16/2011; (2) todos os arranjos são baseados na mesma categoria de área protegida de uso sustentável (i.e., reservas extrativistas); (3) em todos os casos, os membros da comunidade trabalham com mais de dois recursos florestais economicamente viáveis; e, (4) em todos os casos, as comunidades tiveram apoio em algum momento do governo e de organizações não-governamentais para estabelecer o manejo da madeira em suas reservas. Por outro lado, os processos históricos de uso da terra e as pressões políticas e econômicas locais diferiram entre as reservas, com influências significativas na tomada de decisão sobre o manejo da madeira em termos de arranjos de produção e participação no nível da comunidade. A maneira como cada comunidade está envolvida nos processos de tomada de decisão continua a influenciar as dimensões social, econômica e ambiental dos esforços de conservação, desenvolvimento da comunidade e resultados do manejo madeireiro.

II. Nas reservas extrativistas nas quais os membros da comunidade tiveram altos níveis de envolvimento nas decisões sobre como gerenciar os recursos florestais para benefícios

locais, observamos que: (1) há mais compromisso local com o uso da floresta em longo prazo, o que pode promover a conservação da floresta; (2) existe mais debate e ação sobre como distribuir as receitas das vendas de madeira para beneficiar mais pessoas do que apenas os manejadores(as); e, (3) mais membros da comunidade estão participando de atividades operacionais de extração de madeira e da gestão administrativa do manejo florestal, o que proporciona mais autonomia e capacidade para tomada de decisões sobre florestas comunitárias. Em última análise, a participação dos membros da comunidade em todas as fases do processo de tomada de decisão (antes, durante e depois das atividades madeireiras) promoveu um processo de empoderamento da comunidade.

III. Por muitos anos, o manejo de madeira tropical foi visto como uma atividade masculina tanto pelos produtores de madeira quanto pelos profissionais do setor florestal. Isso está mudando à medida que as comunidades locais e seus parceiros se esforçam para incentivar o envolvimento e a participação das mulheres na tomada de decisões para melhorar as cadeias de valor da madeira e refletir melhor os interesses da família e da comunidade em relação ao manejo de recursos florestais.

IV. As funções desempenhadas pelas mulheres no manejo madeireiro refletem diretamente na qualidade e entrega da madeira para a indústria. As mulheres estão se envolvendo em todos os estágios do manejo, desde funções administrativas até de campo, como inventários florestais e o processamento dos produtos madeireiros. Mas é preciso fazer mais. É evidente que as mulheres desempenham um papel importante no manejo da madeira tropical, mas os homens ainda são os principais protagonistas.

V. As comunidades desempenham um papel importante na proteção e manutenção das florestas como um todo. Isso é particularmente importante em áreas protegidas remotas, onde os governos tentam, minimamente, proteger as florestas contra a intensificação da grilagem e do desmatamento para o agronegócio.

VI. Os processos de tomada de decisão que envolvem a população local são cruciais para criar um compromisso com a conservação da floresta. O manejo sustentável da madeira é, de fato, uma estratégia para usar e conservar os recursos florestais - mas não em todas as circunstâncias nem em todas as florestas. As comunidades têm o direito e o conhecimento para decidir como manejar suas florestas. Parceiros externos podem apoiar as decisões das comunidades, mas não decidir por elas - porque minar o empoderamento comunitário pode colocar em risco seu forte compromisso com a conservação da floresta.

VII. Por fim, em relação à abordagem metodológica do intercâmbio e ao uso de metodologias participativas, aprendemos que a sensibilização e a capacitação, por meio de pesquisa-ação participativa, envolveu pesquisadores acadêmicos, engenheiras florestais recém-formadas (do programa de residentes florestais do IFT, saber mais no Boletim Técnico IFT #13[6]) e os moradores das reservas extrativistas, incluindo jovens e mulheres. A pesquisa-ação participativa gerou reflexões, melhorando o aprendizado social e fornecendo elementos para o empoderamento individual e coletivo. Por fim, a aplicação de métodos participativos proporcionou às comunidades tradicionais a oportunidade de refletir e discutir sobre o uso da floresta, bem como seus benefícios sociais e de conservação.

[6] http://www.ift.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Boletim-Técnico13.pdf.

5. Referências

ARAÚJO, E. et al. Quais os planos para proteger as Unidades de Conservação vulneráveis da Amazônia? 1st. ed. Belém, PA: Imazon, 2016.

CASTANHEIRA NETO, F. Perspectivas e desafios na promoção do uso das florestas nativas do Brasil. Brasília, DF, Brasil: Confederação Nacional da Indústria, CNI, 2018.

ESPADA, A. L. V. Collaborative Community Timber Management; A Comparative Analysis of Actors' Roles and Perceptions, Power Dynamics, and Women's Empowerment in the Brazilian Amazon. Tese de Doutorado, University of Florida, 2021 [no prelo].

GILMOUR, D. Forty years of community-based forestry. Rome, Italy: FAO, 2016.

MMA, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http:// www.mma.gov.br/images/arquivos/ areas_protegidas/snuc/Livro SNUC PNAP.pdf>

MULDER, M. B.; COPPOLILLO, P. Conservation: Linking Ecology, Economics, and Culture. 1st. ed. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2005.

NOBRE, D. M. et al. Governance of the Cassurubá Extractive Reserve, Bahia State, Brazil: An analysis of strengths and weaknesses to inform policy. Marine Policy, v. 77, n. December 2016, p. 44–55, 2017.

RRI, RIGHTS AND RESOURCES INITIATIVE. Who Owns the World's Land? A global baseline of formally recognized indigenous and community land rights. Washington, DC, USA: [s.n.]. Disponível em: <http:// www.rightsandresources.org/wp-content/ uploads/GlobalBaseline_web.pdf>.

SFB, SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. Plano Anual de Ortoga Florestal 2020. Brasília, DF: 2019.

SILVA, et al. O desenvolvimento da consciência crítica num período de descentralização das identidades sociais. (UNICAP, Ed.), II Colóquio de História - Brasil: 120 Anos de República. Anais...Recife, PE: UNICAP, 2009. Disponível em: http:// www.unicap.br/ coloquiodehistoria/wp-content/ uploads/2013/11/3Col-p.123-130.pdf

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Educação para a cidadania global (ECG): A abordagem da UNESCO. 2016. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ ark:/48223/pf0000371292

6. Apoio para realização do intercâmbio comunitário

O intercâmbio comunitário, sua abordagem metodológica e aplicação dos métodos participativos foram concebidos pela pesquisadora associada do IFT, Ana Luiza Violato Espada. Além da parceria com o Projeto Florestas Comunitárias desenvolvido pelo IFT com o apoio do Fundo Amazônia, outras instituições também tiveram grande relevância para a realização do intercâmbio. Dentre elas, Ana recebeu apoio da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO; International Tropical Timber Organization), Instituto Brasileiro de Conservação da Biodiversidade Chico Mendes (ICMBio); Escola de Recursos Florestais e Conservação (SFRC) e Programa de Conservação e Desenvolvimento Tropical, ambos da Universidade da Flórida; Fundação Rufford; IdeaWild; Observatório das Dinâmicas das Interações entre as Sociedades e o Meio Ambiente na Amazônia (Odyssea / CIRAD) e o Comitê de Desenvolvimento Sustentável (CDS) de Porto de Moz.

7. Agradecimentos

Somos especialmente gratos a todos os representantes das reservas extrativistas que participaram do intercâmbio, proporcionando valiosas reflexões sobre a produção de madeira tropical em territórios coletivos, melhoria da subsistência local e o papel e participação das mulheres no manejo florestal comunitário. Também agradecemos as residências florestais, Flávia Ranara Silva da Silva e Lídia Patrícia de Lucena Pereira, os técnicos florestais César Pinheiro e João Adriano Melo de Lima e o jornalista Ádison Ferreira por todo apoio logístico antes e durante a execução do intercâmbio comunitário. Agradecemos imensamente todas as organizações mencionadas anteriormente e por fim, mas não menos importantes, todas as organizações de base comunitária que nos ajudaram com apoio material e institucional.

REALIZAÇÃO:

Ana Violato Espada
PhD em Recursos Florestais e Conservação

IFT

APOIO:

ITTO

FUNDO AMAZÔNIA
BNDES

PARCEIROS:

UF UNIVERSITY of FLORIDA

SFRC School of FOREST RESOURCES & CONSERVATION

TCD Tropical Conservation & Development Program

The Rufford Foundation
www.rufford.org @ruffordgrants

ICMBio
INSTITUTO CHICO MENDES
MMA

ODYSSEA

CDS

Os boletins técnicos do IFT, editados a partir de 2011, compilam informações sobre a atuação da instituição em diferentes âmbitos do manejo florestal na Amazônia. Tratam-se de resultados preliminares de pesquisas e testes realizados pela equipe técnica, além de observações de campo e notas de expedições que possam de alguma forma servir a sociedade. É voltado a estudantes, tomadores de decisão, jornalistas, profissionais florestais, instrutores de manejo florestal acadêmicos, comunitários ou práticos e demais atores com interesse em temas ligados ao manejo de recursos naturais, especialmente florestais, na Amazônia.